

O Narcisismo e suas conseqüências

Visando a introduzir uma concepção atual da etiologia da melancolia, adotamos as idéias de Marie-Claude Lambotte que passaremos a descrever. A autora preconiza como valor etiológico uma insuficiência constitutiva contemporânea ao surgimento do Eu e das relações objetais, envolvendo as instâncias ideais, acarretado por uma problemática especular.

Para uma melhor compreensão do pensamento de Lambotte, que abordaremos mais adiante, dedicaremos este capítulo ao estudo do que acontece em torno da experiência especular (e o surgimento do tipo de objeto envolvido na experiência de perda) que possibilita a montagem narcísica necessária para a constituição de um Eu coeso capaz de realizar um luto neurótico. A partir desta perspectiva, poderemos apresentar a especificidade da problemática que tomaremos como etiológica na melancolia.

Para isso, destacaremos algumas dificuldades no desenvolvimento da teoria psicanalítica que resultaram em uma nova genealogia para o Eu e, por conseguinte, para o objeto, que é o ponto que mais vai nos interessar. Estes aspectos primitivos nos ajudarão a entender a metapsicologia da melancolia, fio condutor desta tese.

Igualmente, retomaremos o texto freudiano de 1914, “À guisa de introdução ao Narcisismo” como um caminho para abordar o estatuto do objeto que se encontra em jogo na melancolia.

Para dar consistência a nosso ponto de vista nos apoiaremos também nas concepções de objeto em Winnicott e na experiência especular em Lacan que, com inflexões diferentes, nos auxiliarão a compreender melhor aquilo que a melancolia apresenta de peculiar, nos autorizando a separá-la da neurose, da psicose e da perversão. É a sua singularidade que estaremos focando. Começemos com Freud.

6.1

Freud – O Narcisismo como organização permanente

Apesar de Freud se deter no tema do narcisismo em 1914, segundo Ernst Jones este termo já havia sido mencionado em uma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, datada de 10 de novembro de 1909. Nesta ocasião Freud se referiu ao narcisismo como uma etapa intermediária entre o auto-erotismo e o amor objetal (*Apud: Freud, Obras Psicológicas de Freud, 2004, p. 95*).

Uma outra referência ao narcisismo feita na segunda edição dos “Três Ensaio sobre a sexualidade” (1905) em uma nota de rodapé inserida em dezembro de 1909, também coloca o narcisismo como etapa intermediária.

Em 1910, ao escrever seu estudo sobre Leonardo da Vinci, uma ampla atenção é dada ao narcisismo, visando a ressaltar a intensa ligação erótica da criança com sua mãe, posteriormente, na impossibilidade de vivenciar esta ligação conscientemente, recalaria seu amor por ela pondo-se em seu lugar. Desta forma, toma a si mesmo como modelo para a escolha dos objetos amorosos, um tipo de escolha objetal que Freud afirma se dar pela via narcísica. A homossexualidade de Da Vinci é explicada por Freud como resultado de um processo identificatório com a mãe, o qual leva o sujeito a tomar a si próprio, seu próprio corpo, como objeto erótico. Melo Bastos (1998) atribui a este procedimento um jogo de espelhos que poderia ser assim explicado:

Vejo-me como era visto por minha mãe, tomo os seus olhos como os meus e amo meu corpo como a via me amar. E, ainda que de fato não fosse eu por ela assim amado, é assim que eu, no meu desejo de ser desejado, vejo. Neste jogo identificatório, eu sou ela e ela sou eu. Invisto amorosamente o objeto dela, isto é, ele-eu (Melo Bastos, 1998, p. 162).

Na análise do caso Schreber (1911) é destacado que o narcisismo cunha o modo como se estrutura um tipo de escolha de objetos que, além dos homossexuais, pode também ser encontrado nos paranóicos, marcando a íntima ligação entre estas patologias e o desenvolvimento da libido. Tal é a concepção de Freud naquele momento.

No desenvolvimento deste conceito, Freud irá compreendê-lo de forma mais ampla, conotando-o não apenas como uma etapa intermediária, mas também

como uma formação necessária e permanente do indivíduo. O narcisismo, portanto, além de uma fase no desenvolvimento da libido, passa ser entendido como estrutura permanente, acarretando o desenvolvimento de sentimentos de amizade, valores comunitários partilhados e socialmente aceitos.

Cabe apontar que uma terceira característica do narcisismo é apresentada em 1913, em “Totem e Tabu”. Além de uma fase do desenvolvimento da libido e resultado de um jogo especular identificatório, como destacamos anteriormente, o narcisismo está ligado ao primitivo, revelando seu modo de pensar: a onipotência do pensamento. O pensamento mágico das crianças e dos povos primitivos contém a crença da onipotência e um resto de sua potência mágica persiste em todos nós, sendo evidenciado como sintoma na neurose obsessiva, por exemplo.

Neste sentido, utilizaremos a idéia de narcisismo como uma estrutura, implicando em “um sistema com leis próprias e uma organização” (Barros, 1991, p. 14). Barros escreve:

Em torno da lei de união/separação se organiza a estrutura narcísica, e em torno da lei da interdição, a estrutura edípica. A estrutura tem uma lei determinada, e aí fornece as características da autorização de um sistema (Barros, *Eu Narciso Outro Édipo*, 1991, p. 15).

Certamente o artigo sobre o narcisismo de 1914 encontra-se entre um dos mais polêmicos da obra de Freud na medida em que, a partir deste trabalho, deu-se uma evolução importante dos conceitos psicanalíticos, que culminaram com a apresentação de uma nova dualidade pulsional em 1920.

Como dissemos anteriormente, ao longo do ano de 1909 ocorreu uma grande modificação do pensamento freudiano e teve seu cenário montado em seguida às conferências proferidas por Freud, na companhia de Gustav Jung, em setembro de 1909, na Clark University, em decorrência do convite para sua viagem aos Estados Unidos, para evento comemorativo do aniversário desta famosa instituição americana.

Freud, na tentativa de apresentar os fundamentos da Psicanálise, escolheu como tema de suas palestras a idéia de uma fuga para o mundo fantasmático, interior, causado pela dificuldade de se lidar com a realidade exterior. Essa formulação acarretou diretamente a apresentação do narcisismo como conceito, levando à necessidade de uma nova revisão da análise da estrutura e

funcionamento do aparelho mental. Vale ressaltar que esta nova visada se deu em meio à influência da Escola de Zürich, essencialmente através da interlocução com Jung, assessorado por Bleuler e Karl Abraham. Usualmente, costumamos nos referir a este momento como o de uma produção teórica causada pelos impasses em torno do problema das psicoses (a demência precoce de Kraepelin ou a esquizofrenia de Bleuler).

Quando Freud indica que o narcisismo é uma espécie de complementação libidinal do egoísmo inerente às pulsões de auto-conservação, sendo atribuível a qualquer ser vivo, há um alargamento das fronteiras de seu estudo e, conseqüentemente, o campo da investigação psicanalítica.

Faz-se necessário, por conseguinte, destacar quais os pontos que criaram uma tensão entre Freud e Jung, que terminou levando-os a um rompimento que marcou a vida de ambos, pela intensidade da amizade, pela frustração de um investimento político dentro do movimento psicanalítico e pela defesa dos pensamentos.

Dois trechos da correspondência de Freud com Jung mostram este rompimento. Na carta de Freud para Jung datada de 3 de janeiro de 1913, lemos:

Sabemos que entre nós analistas, nenhum de nós deve ter vergonha de seu pedaço de neurose. Mas aquele que, conduzindo-se anormalmente, grita sem parar que é normal, desperta a suspeita que lhe falta a intuição da doença. Eu lhe proponho pois que rompamos totalmente nossas relações privadas (Freud, S., IN: *Fundamentos de uma clínica freudiana*, Luís Carlos Menezes, 2001, p.113).

Como resposta, Jung escreve:

Eu me dobrarei ao seu desejo de romper nossa relação pessoal porque eu nunca imponho a minha amizade. Quanto ao resto é o senhor, sem dúvida, que melhor saberá o que este momento significa para si. O resto é silêncio (*Ibidem*).

O principal ponto que gerou a cizânia entre Freud e Jung se situou no campo da teoria da libido.

A discordância final que ocorreu em 1913 deu-se nas diferenças teóricas entre os dois. Por um lado, Jung empreendia seus estudos que culminaram com a

publicação do livro *Metamorfoses e Símbolos da Libido* (1911) e, por outro, Freud seguia com sua pesquisa sobre a origem das religiões e os totens, registrada em seu artigo “Totem e Tabu” (1913). Examinemos estas diferenças.

A partir da leitura do artigo “Três Ensaio sobre a sexualidade” (1905) de Freud, Jung aborda os aspectos da teoria da libido feitas pelo primeiro para poder aplicá-la às psicoses (demência precoce). Neste contexto, Freud estabelece a pulsão como um conceito que só pode ser compreendido na conjugação da mente com o corpo, mediado pela sexualidade. A pulsão é um diferenciador que destaca o humano dos outros animais, já que estes últimos têm seus apetites biologicamente determinados pelos instintos. O humano expressa seus apetites com uma natureza sexual revelada pelo caráter pulsional do inconsciente. Menezes (2001) escreve:

Ou seja, embora a sexualidade humana inscreva-se inteiramente no corpo, ela não é compreensível se não pudermos postular para ela uma economia própria, regida por uma lógica que não coincida com a lógica da realidade biológica do corpo (Menezes, 2001, p. 116).

Sustentado pela clínica da neurose, enfocando as formações e transformações dos sintomas, Freud define este jogo de operações inconscientes mediado pelas pulsões como “vida psíquica”. Neste sentido, uma concepção biológica da pulsão tiraria a autonomia do desejo, idéia mestra para suas concepções metapsicológicas. O aparelho psíquico, afirma Freud, é um dispositivo de transformação das moções pulsionais sustentada pela dimensão pulsional do inconsciente. Por isso as construções propostas por Jung, em suas “Conferências”, não puderam ser aceitas por Freud. Vejamos o ponto de vista de Jung.

Jung concebe a energia psíquica tendo como protótipo as necessidades corporais como fome, sede, sexualidade, sono, os estados emocionais e os afetos. A libido vai responder não somente ao interesse erótico, mas também ao interesse em geral, ligado à sobrevivência. Para Jung, libido e necessidades corporais se situam num mesmo plano.

Para Freud, Jung aplica um reducionismo, fazendo desaparecer uma importante distinção: a pulsão e o instinto. Jung propõe a existência de um

“instinto vital contínuo” que anima os seres vivos. O instinto sexual é colocado como uma das modalidades deste instinto vital. Assim escreve Jung, em 1953: “O instinto é uma misteriosa força vital, de caráter em parte psíquico e em parte fisiológico...”. Entre tantas considerações, cita que não existe nada que o faça considerar o prazer da nutrição como sexual. O prazer relacionado às formas de oralidade nada teria de sexual, por exemplo. Este tipo de afirmação cria um confronto direto entre eles, resultando em uma incompatibilidade teórica incontornável.

O inconsciente desprovido de uma sustentação pulsional, é entendido como um agrupamento de representações, a partir de disposições inatas, formando estruturas universais, os arquétipos, constituindo o que chamou de inconsciente coletivo. Como escreve Menezes: “Chegamos desta forma a um inconsciente sem pulsão e sem desejo” (2001, p. 122).

No campo da psicopatologia encontramos os ecos desta discordância.

O principal ponto que gerou a discordância entre Freud e Jung se situou no campo da teoria da libido. Jung, ao usar o exemplo do esquizofrênico, que retrai toda a libido objetal para o Eu, aponta que essa libido é dessexualizada, criando, desta forma, uma teoria monista da libido. Freud se coloca como dualista, insistindo em pôr a sexualidade no epicentro de qualquer quadro psicopatológico, mantendo a oposição libido narcísica *versus* libido objetal e afirma que não haverá avanços na teoria da libido se for tomada a concepção de Jung. Desse modo, Freud não só sexualizou a libido (narcísica e objetal), como também todo o aparelho psíquico. Freud acusa Jung de desvios teóricos e finaliza a discussão dizendo tratar-se de teorias incompatíveis.

O caso clínico que permeou toda a discussão entre Freud e Jung foi a análise do presidente Schreber. Freud defendia a idéia de que os termos paranóia e demência precoce, na verdade, se referiam a uma mesma retração da libido, sob o ponto de vista da dinâmica da libido, como um mesmo processo patológico.

Em uma carta de 21 de abril de 1907, Freud escreve que, nos dois casos, o que encontramos no centro do conflito é uma retirada da libido dos objetos e um retorno desta ao Eu.¹⁰ Este é o fundamento dinâmico para que Freud chegue a

¹⁰ Paul Bercherie, *Narcisisme et personnalité – Les sources: Janet et l'école de Zurich*, em <http://www.sospsy.com/bibliopsy/biblio6/biblio048.htm>

escrever que o Eu do paranóico é superinvestido egoisticamente e, portanto, megalômano. Ao retirar o investimento do objeto causador do conflito, não só há um refluxo deste investimento para o Eu, como também se desliga a representação interna correspondente ao objeto, acarretando uma projeção que leva o sujeito a tratar esta representação objetal como existente no exterior, sem nenhuma vinculação interna.

Essa categorização é sustentada por uma teoria da libido no que concerne aos investimentos realizados. Acontece na psicose, da mesma maneira como já fora claramente evidenciado no decorrer do estudo sobre as neuroses. As psicoses são entendidas do mesmo modo, mas possuem, obviamente, uma dinâmica específica, o que remete Freud à urgência de justificar seus postulados. Assim, apresenta novas formulações em torno dos investimentos da libido. Retomemos o caminho feito por Freud.

O cenário de assentamento da primeira tópica tem a dualidade pulsional estabelecida entre as pulsões sexuais e as pulsões do Eu, cada uma com sua energia própria, libido e interesse respectivamente, ou seja, há uma oposição pulsional e uma oposição de energias. É exatamente isto que será perturbado com a introdução do conceito de narcisismo.

No artigo de 1914, Freud toma emprestada a idéia de narcisismo de Havelock Ellis, apesar de no texto ter se referido a Paul Näcke. Cabe uma explicação. Em 1898, Havelock Ellis se referiu a uma atitude psíquica tomada pelo indivíduo semelhante à de Narciso, referindo-se ao mito grego. No ano seguinte, Paul Näcke utilizou o termo narcisismo para se referir a uma perversão sexual. Isto gerou uma nota de rodapé de 1920 no artigo “Três Ensaios sobre a sexualidade”, onde Freud retifica um erro, afirmando a procedência do termo como sendo de Havelock Ellis, após ter creditado, em 1914, sua origem a Paul Näcke. O próprio Havelock Ellis escreve um breve artigo em 1927, opinando que a prioridade do termo deveria ser dividida entre ele e Näcke.

Freud inicia uma discussão a respeito do narcisismo, partindo do ponto de vista de uma perversão sexual em que o indivíduo trataria seu próprio corpo como objeto de satisfação sexual, posição de Paul Näcke. Freud acata a idéia de Ellis e discorda da de Näcke, por reconhecer que este traço também se encontra presente em outras afecções e, também no homem normal, tirando sua exclusividade do comportamento perverso. Desta forma, trata a idéia de narcisismo como uma

organização da libido que está presente no desenvolvimento normal de todo humano.

Como uma estrutura psíquica permanente, o narcisismo se transforma em uma marca que o sujeito carregará para sempre, “um estigma do desejo parental”, como se não fôssemos perder nunca esse parentesco, conforme nos indica Barros (1991, p. 19). Esta autora parte do princípio, de que o narcisismo primário, de acordo com as indicações de Freud, é um prolongamento do narcisismo dos pais. Ressalta ainda que o narcisismo estabelece uma relação do sujeito com um lugar, lugar ideal a ser ocupado pelo sujeito, como um legado, como uma herança. Mais ainda, Barros (1991, p. 19) nos adianta:

É uma herança do buraco, do vazio dos próprios pais. Então, poderíamos dizer que o narcisismo primário é o pivô da constituição do sujeito, pois é a partir desse lugar que este vai articular e contemplar sua questão edípica (1991, p. 19).

Desta forma, o narcisismo evoca auto-imagem, vivência especular, causalidade da emergência do Eu como reflexo do outro, propiciando a formação da imagem unificada, um Eu coeso. No narcisismo é o corpo todo, e não somente partes dele como no auto-erotismo, que é tomado como objeto sexual. “Este corpo totalizado é o corpo narcísico, aquele que, sendo de um outro é, na realidade, o corpo de si próprio” (Bastos, 1998, p. 162). Em consequência, o narcisismo, ao indicar a unidade, aponta, por corolário, a alteridade, a diferença.

Dentro de uma perspectiva fundante, inicial, primitiva, chegamos a um ponto que nos interessa para a compreensão desta tese. Para que possamos entender que tipo de perda objetal o melancólico experimenta, e que o faz realizar um processo que, do ponto de vista do luto neurótico, é um luto que não termina, examinaremos este momento teórico do surgimento da distinção Eu/objeto.

Se a fusão narcísica inicial deve ceder lugar para a relação objetal, compreendendo o estabelecimento da diferença, da distinção Eu versus outro, o objeto, assim como o Eu, deve ser constituído através de um processo que se apóia nos mecanismos da pulsão.

Para objetivar nossos propósitos, tomaremos como eixo de análise a constituição dos objetos. Para isso, buscaremos em Winnicott o conceito de objeto

e em Lacan a experiência especular, duas visões importantes em torno destes temas. Escreve Souza¹¹ (2002):

O denominador comum é a intenção, implícita em Winnicott, explícita em Lacan, de ultrapassar uma certa estabilidade da concepção freudiana de objeto implicada por alguns restos da noção clássica de representação presentes na teoria da pulsão. [...] Se, para Lacan, é apenas o ser humano que por meio da linguagem pode conceber a falta de objeto, e se é somente na proximidade da falta que o desejo pode ser vivido em sua radicalidade, para Winnicott, é apenas a possibilidade de se iludir com o objeto e de acreditar-se seu criador onipotente que permite ao homem uma vida que vale a pena ser vivida (Souza in Klautau, *Encontros e desencontros entre Winnicott e Lacan*, 2002, p.11-13).

Começemos com a investigação do conceito de objeto em Winnicott.¹²

6.2

Winnicott – A mãe no espelho

Para que entendamos sua teoria temos alguns pontos a ressaltar.

Newman (2003) nos alerta sobre o ponto de vista de Winnicott, de que seria dispensável pensarmos os bebês em suas fases iniciais, como fez Freud ao longo de sua obra.

Winnicott parte do princípio que o bebê não pode ser pensado sozinho sem a mãe, posição explícita em sua máxima de que “não existe isso que chamam de bebê” (Newman, 2003, p. 63), ou mesmo, “um bebê não pode existir sozinho: ele é, essencialmente, parte de um relacionamento” (Newman, 2003, p. 63). O bebê é considerado dentro da relação com a mãe, estando sempre à beira de um colapso (*breakdown*), por ser sempre possuído de angústias impensáveis.¹³ A mãe

¹¹ Prefaciando o livro de Perla Klautau *Encontros e Desencontros entre Lacan e Winnicott*, 2002.

¹² Donald Woods Winnicott nasceu em 1896, na província inglesa de Plymouth, em Devon. Sua produção teórica é influenciada pela disputa entre os kleinianos e os annafreudianos, levando-o a se filiar ao chamado *middle group*, uma terceira via composta de analistas não posicionados nesta disputa, que se recusavam a adotar categorias totalizadoras e doutrinárias, compreendidas nas formulações de Melaine Klein e Anna Freud. Como um intermediário, Winnicott se elege presidente da Sociedade Britânica de Psicanálise de 1956 a 1959 e, mais tarde, de 1965 até 1968. Winnicott é autor de uma vasta obra escrita entre 1935 e 1971 quando falece em Londres. Encontram-se artigos publicados após seu falecimento, em 1972, 1975 e 1977.

¹³ São consideradas como angústias impensáveis as situações em que o bebê poderia: rebentar-se em pedaços (desintegrar-se), cair para sempre (alguém deixar o bebê cair), não ter relação alguma com o corpo e não ter orientação (não saber qual caminho tomar).

“suficientemente boa” pode mitigar esta experiência por ter a capacidade de se colocar no lugar de seu filho e intuir aquilo de que ele necessita.

O conceito de colapso é postulado em 1963, apontando para o que pode acontecer se os pais não proporcionassem o *holding* e o *handling*, sustento e manuseio, respectivamente, necessários para o desenvolvimento do bebê. Em sua aplicação clínica, Winnicott nos explica que, na verdade, pela impossibilidade de a mãe acertar cem por cento, o colapso ocorre, mas numa época em que não há suficiente Eu para ser reconhecido. O importante é que esse medo original é o responsável pela organização das defesas que podem mais tarde ser traduzidas em doença psíquica. “O colapso significa falha de defesas, e o colapso original termina com a formação das defesas que foram organizadas, constituindo a doença” (Newman, 2003, p. 94).

Winnicott declara ter sido influenciado pela leitura de Lacan a respeito do estágio do espelho. Em 1975, escreve:

Sem dúvida, o artigo de Jacques Lacan, “*Le Stade du Miroir*” (1949), me influenciou. Ele se refere ao uso do espelho no desenvolvimento do ego de cada indivíduo. Lacan, porém, não pensa no espelho em termos do rosto da mãe do modo como desejo fazer aqui (Winnicott, 1975, p. 153).

Desta forma, o autor trabalha com a hipótese de que o precursor do espelho é a face da mãe (Winnicott, 1975, p. 153). Escreve o autor de *O Brincar e a Realidade* (1975):

O que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo. Em outros termos, a mãe está olhando o bebê e aquilo com que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali... Muitos bebês, contudo, têm uma longa experiência de não receber de volta o que estão dando. Eles olham e não vêem a si mesmos. Há conseqüências... o bebê se acostuma à idéia de que, quando olha, o que é visto é o rosto da mãe. O rosto da mãe, portanto, não é um espelho (Winnicott, 1975, p. 154/155)

Mais adiante, afirma que um bebê assim constituído, cresce sentindo dificuldades com espelhos, assim como com aquilo que os espelhos têm a oferecer. Se o que vê é o rosto da mãe e este não reage, é como se fosse um quadro inanimado, constituído como algo a ser olhado e não, como seria importante que acontecesse, ser examinado (Winnicott, 1975, p.155). Winnicott

propõe uma seqüência lógica em que, primeiro, quando o bebê olha, é visto, e tem a sensação de existir. A partir de então, pode olhar e ver. Na medida desta possibilidade, este olhar passa a ser criativo em função do que percebe. No intercurso da troca que se estabelece em que a vivacidade de uma mãe leva seu rosto a refletir o bebê, Winnicott afirma que, gradualmente, o bebê passa a ver a si próprio, justamente porque foi visto (Winnicott, 1975, p.188). Quando esta experiência não ocorre, decorre clinicamente uma reinvidicação narcísica, que reconhecemos como uma característica da melancolia, que envolve o estatuto do objeto perdido em suas experiências primordiais.

No conceito de objeto está contida a idéia de algo diferente de mim e, portanto, de alteridade. De acordo com a formulação winnicottiana, a relação objetual plena, quando a distinção entre Eu e objeto se realiza, contém a noção de “uso do objeto”. Ou seja, o objeto só pode ser usado enquanto algo diferente de si, na medida em que haja uma separação deste a qual garante a existência tanto de si como do objeto.

É importante sublinhar que na teoria winnicottiana, inicialmente, não há diferença entre interno e externo, assim como não há entre eu e objeto. O que existe é uma unidade que contém mãe e bebê, este imerso em um ambiente que se confunde com a mãe.

Para que essa experiência de separação se dê, um longo processo tem que ser vivido pelo bebê, que pode ser resumido da seguinte forma: 1) o sujeito se relaciona com o objeto, apesar de não ser agenciador de sua apresentação; 2) este objeto deve ser inicialmente criado, onipotentemente pelo bebê e encontrado por ele; 3) em seguida, o bebê destrói o objeto, entendido como uma projeção deste para o mundo; 4) o objeto deve sobreviver a esta destruição para, então, ser usado pelo sujeito como objeto do mundo. No final deste processo, sujeito e objeto podem coexistir. Mas, vejamos detalhadamente como se desenvolve este processo.

Para acompanharmos o desenvolvimento de sua teoria, devemos ter um cenário em consideração: um bebê no colo de uma mãe. O relacionamento bebê-mãe, como o epicentro de suas formulações teóricas, é considerado como elemento fundamental para a constituição do psiquismo. O processo constitutivo acontece em meio aos cuidados maternos, desde uma fase de dependência absoluta desses cuidados até o momento em que o bebê pode deles prescindir, ou

seja, até que possa conceber, objetivamente, aquilo que era percebido subjetivamente. O ápice de seu desenvolvimento se resume na faculdade da criança perceber a realidade externa objetivamente, como externa e diferenciada do Eu: é quando se dá a constituição do objeto, paralelamente à do próprio Eu.

Partindo da dependência absoluta para a independência dos cuidados maternos, os objetos adquirem estatutos que podem ser identificados de acordo com três âncoras teóricas: o momento do objeto subjetivo, o do objeto transicional e o momento do objeto propriamente dito, que poderá, então, ser usado pela criança, possibilidade contemporânea a uma clara separação entre sujeito e objeto. Mas, vamos por partes. O que é este primeiro momento em que o objeto é designado por Winnicott como objeto subjetivo?

Em sua formulação de um objeto subjetivo, Winnicott estabelece seu aparecimento vinculado à relação que o bebê tem com seu entorno, momento em que o psiquismo ainda não se encontra estruturado completamente e não haveria, portanto, uma distinção entre Eu e não-Eu. Na medida em que esta diferença ainda não é operacionalizada, em termos de uma experiência entre dois (eu e objeto), a objetividade do objeto não é reconhecida, e sim percebida subjetivamente. Esta concepção winnicottiana compreende um paradoxo que pode ser expresso da seguinte forma: o objeto subjetivo é e não é objetivo, e também, é e não é subjetivo. É subjetivo pelo fato de que bebê e meio ambiente compreendem uma unidade indissociável. Winnicott (1975), em *Brincar e Realidade*, nos diz:

O que chamei de “objeto subjetivo” torna-se gradualmente relacionado a objetos que são objetivamente percebidos: mas isso sucede apenas quando uma provisão ambiental suficientemente boa, ou um “ambiente expectável médio” capacita o bebê à loucura específica permitida aos bebês (Winnicott, 1975, p.102).

O aparecimento de um objeto (da realidade externa) passa a fazer parte desta unidade formada. Com isso, a percepção do objeto somente se dá a partir desta formação, então, objeto e bebê não se distinguem da mesma forma que cuidados maternos e mãe também não. É claro que o objeto pertence à realidade externa e, portanto, é objetivo, embora sob o ponto de vista do bebê não o seja. Embora esta distinção territorial pareça confusa, torna-se necessária para que a mãe, que inicialmente fornece os elementos físicos, permita que eles possam,

gradativamente, se tornar psicológicos, psiquicamente operacionalizáveis. Durante este processo o *self* é constituído. Winnicott (1975), em *Brincar e Realidade*, nos diz:

Desde o nascimento, portanto, o ser humano está envolvido com o problema da relação entre aquilo que é objetivamente percebido e aquilo que é subjetivamente concebido e, na solução desse problema, não existe saúde para o ser humano que não tenha sido iniciado suficientemente bem pela mãe. *A área intermediária a que me refiro é a área que é concedida ao bebê, entre a criatividade primária e a percepção objetiva baseada no teste de realidade* (Winnicott, 1975, p. 26).

Vale ressaltar que esta área intermediária de experimentação favorece a separação das realidades interna e externa, apesar de entendermos que a tensão existente entre estes dois territórios se perpetua, criando uma tensão própria do ser humano.

Certamente devemos destacar o aspecto gradual destes estágios de relacionamento com o bebê, que começam com o que chamou de “preocupação materna primária”, refletindo um posicionamento da mãe ao olhar e cuidar do bebê, fundado no desejo de realizá-lo. Este estado evolui para a não coincidência entre a necessidade e a resposta por parte da mãe, acarretando experiências de frustração. Porém, no estágio de “preocupação materna primária” a mãe é o bebê e o bebê é a mãe, como afirmou Winnicott, para ressaltar o caráter desta unidade primordial. Neste estágio de dependência absoluta é que comumente nos referimos a uma mãe-ambiente.

A teoria winnicottiana compreende alguns paradoxos. Além do já citado, em torno da nomenclatura objeto subjetivo, o autor nos apresenta um outro, também fundamental, que é a formação de uma “unidade dupla”. Esta se desenvolve a partir do que chamou de “primeira mamada teórica”. Dito de outra forma, o bebê mama num seio que é parte dele e a mãe alimenta um bebê que é parte dela (Kloutau, 2002, p. 46). Vejamos como ele nos esclarece no livro *Da Pediatria à Psicanálise*:

A mãe tem o seio e o poder de produzir leite, e a idéia de que ela gostaria de ser atacada por um bebê faminto. Esses dois fenômenos não estabelecem uma relação entre si até que mãe e bebê vivam juntos uma experiência (Winnicott, 1945, p.227).

A partir destes enunciados, Winnicott diz que o seio nesta fase do desenvolvimento é objetivo e, ao mesmo tempo, subjetivo, evidenciando o paradoxo citado. Esta forma de experimentação dá ao bebê um caráter onipotente, na medida em que ao sentir necessidades o objeto aparece e, por sua percepção indistinta de si, faz com que vivencie “momentos de ilusão”, necessários ao desenvolvimento, revelando a forma primitiva com que o bebê lida com a realidade externa. A aparição do seio é vivida como criação sua e não, um oferecimento da mãe. O vínculo criado, do ponto de vista do bebê, tem assim um caráter ilusório, devido à criação de uma área de superposição onde o seio é apresentado no momento de sua demanda. Este é o momento em que pensamos em uma mãe suficientemente boa. Nas palavras de Klautau:

É assim que a mãe fornece ao bebê a ilusão de que foi ele quem criou tal objeto. Este aspecto do cuidado materno funciona como alicerce para o desenvolvimento da percepção objetiva da realidade e, conseqüentemente, fornece a confiança necessária para o desenvolvimento da capacidade criativa (Klautau, 2002, p. 41).

Winnicott não se interessa pelos objetos em si, mas pela possibilidade de poderem ser possuídos. Escreve Winnicott:

Um bebê é segurado, satisfatoriamente manejado e, isso aceito, é-lhe apresentado um objeto de tal modo que sua experiência legítima de onipotência não seja violada. O resultado pode ser que o bebê seja capaz de usar o objeto e sentir-se como se esse objeto fosse um objeto subjetivo, criado por ele (Winnicott, 1975, p. 154).

Dito de outra forma, sublinhada a capacidade do bebê, não só de criar o objeto, mas também de possuí-lo e usá-lo onipotentemente, como uma extensão sua.

Dentro de suas considerações teóricas segue-se que, no jogo de sua criatividade ainda ilusória, os bebês partem de uma percepção alucinatória dos objetos e evoluem para uma distinção entre o que é objetivo e o que é subjetivo. É exatamente neste território onde a objetividade e a subjetividade são gradativamente constituídas, enquanto percepção, que o segundo momento da relação objetal se estabelece, a dos objetos transicionais.

O objeto transicional vai aparecer a partir da área de ilusão, como pré-condição, servindo de estrutura para que possam ser operacionalizados. Os objetos e os fenômenos transicionais designam uma área intermediária que compreende o que é subjetivamente concebido e o que é objetivamente percebido. Esta área intermediária representa os primeiros estágios do uso da ilusão, com o uso da criatividade primária e do teste de realidade compreendendo a percepção objetiva. Os fenômenos transicionais tiram gradativamente o bebê da atividade puramente alucinatória. Nesta área, que Winnicott situa entre os fenômenos auto-eróticos e o uso dos objetos, se desenrolam as relações que levam a criança a experimentar a posse, caracterizando o objeto como transicional. Daí podermos entender, baseados nas considerações winnicottianas, que o objeto transicional não é um objeto interno, nem externo e distinto do Eu, mas que se situa em uma região intermediária entre o externo e o interno.

A função *princeps* do momento transicional, portanto, é fornecer a possibilidade de uma distinção cada vez mais clara entre Eu e não-Eu. Usando um exemplo do próprio Winnicott, um bebê pode chupar um polegar e levar a outra mão aos objetos (Winnicott, 1975 p. 16). Para este autor, esta experiência demonstra que a atividade auto-erótica, chupar o polegar, começa a ser perturbada com a introdução dos outros objetos. Todo este tipo de experimentação vai acrescentar à cena vivências de desilusão, principalmente no que diz respeito aos cuidados maternos. Isto propicia a entrada da criança num estado de dependência relativa, que se caracteriza pelo uso dos objetos, ainda agenciados parcialmente pela ilusão. Por isso o objeto transicional é também entendido como uma defesa contra a ansiedade provocada pela vivência de desilusão.

Os fenômenos transicionais acrescentam à vida da criança a possibilidade de lidar com a perda, podendo o uso dos objetos transicionais ser compreendido como uma resposta defensiva à vivência de perda. Perda, aqui, deve ser entendida como perda do controle onipotente, associada à desilusão. Se a falta da presença materna acontece, as lembranças encontram sustentáculo nos objetos transicionais que são prontamente investidos. Se esta ausência se prolonga, os objetos transicionais são desinvestidos.

Assim, podemos vislumbrar que a construção dos objetos percebidos como diferentes do Eu começa com o território preparado pela mãe. Ela permite que o bebê experimente a ilusão de ser o criador do mundo (seio), para, gradualmente,

aceitar o fracasso desta tarefa através das experiências de desilusão e perda, capazes de levar adiante a adaptação à realidade externa . O processo culmina com uma separação logicamente percebida entre o que é Eu e o que é não-Eu. A capacidade de tolerar a frustração, de vivenciar a desilusão, entendida pela criança como falta da presença materna, propicia que os impulsos agressivos sejam capazes de se dirigir ao ambiente. Aqui se inicia o terceiro momento da constituição dos objetos como coisas da realidade: a capacidade dos objetos não serem destruídos pelos impulsos agressivos da criança.

A sobrevivência dos objetos torna-se, desta forma, uma garantia de existência destes e, a cavaleiro, uma forma de garantia da sobrevivência de si mesmo.

A jornada que leva a criança da subjetividade para a objetividade culmina com o estabelecimento do uso dos objetos, paralelo à constituição do Eu. Estas experiências constituintes são marcadas pelas vivências de separação da mãe, mediadas pelos objetos transicionais. O componente agressivo é a força motriz que empurra o sujeito para os objetos através da motilidade, afastando-se cada vez mais do que ressaltamos nas experiências primordiais como contato sem atividade.

A concepção winnicotiana de que a agressividade é que cria a exterioridade, nos coloca frente a uma outra distinção, entre o potencial agressivo e o erótico. A entrada do potencial erótico na equação relacional da criança com os objetos se dá pelos traços identificatórios que estão presentes nas funções transicionais. Somente quando a criança já é capaz de combinar experiências eróticas e agressivas relativas a um mesmo objeto é que ela será capaz de se preocupar com ele, introduzindo-se em uma possibilidade compartilhada da realidade. Este aspecto se torna importante por revelar uma capacidade relacional da criança, qual seja, a mãe-ambiente vai cedendo lugar a uma mãe-objeto, podendo, desta forma, ser usada como objeto total, sendo atribuída a ela tanto a permanência quanto a externalidade. Como consequência da sobrevivência da mãe aos ataques agressivos da criança, esta característica se estende aos outros objetos.

Este ponto nos interessa sobremaneira na medida em que, para uma operação constituinte acontecer de forma favorável, segundo Winnicott, esta mãe

deve se colocar em cena e sobreviver aos ataques agressivos e aos investimentos eróticos por parte da criança.

De posse desta lógica constituinte winnicottiana, como podemos pensar o melancólico?

Nossa hipótese é que nos momentos iniciais, constituintes do Eu, os melancólicos não experimentam a confiança na presença materna e em suas potencialidades de resposta. Por perceberem um olhar ausente ou distante, desafetado, temem o próprio desaparecimento, resultado da impossibilidade de captar o olhar e ver através dele a tensão do afeto materno dirigido a ele. A onipotência infantil primária, necessária para a criação da área de ilusão que resulta em uma distinção entre o mundo externo e o interno, sofre um prejuízo. Em consequência desta falha, o ambiente torna-se insuficiente para propiciar uma clara distinção entre eu e não-eu. O espaço potencial, ao não se constituir, perde a função de ser uma área primária de separação. Podemos supor que os melancólicos, ao experimentarem a indiferença materna, são prejudicados nesta operação primordial, o que compromete a formação, tanto de uma imagem coesa do Eu como dos objetos que possam ser sustentadas no tempo. É por esta razão que a operação de perda do objeto, caminho para a simbolização, se encontra comprometida. Lambotte (1997) nos fala deste momento:

Não se pode dizer que o sujeito melancólico não tem mais olhar, ou mesmo que o perdeu; ao contrário, não tendo encontrado o olhar desejante do Outro, o limite no infinito do que teria sido o objeto de seu desejo se viu reduzido, como uma casca de desgosto, ao que resta do Outro ausente, a saber: o nada. E o que define, propriamente falando, a melancolia, é justamente a afirmação deste nada que responde à tensão do olhar, à busca do desejo e que bane, por isto, a ilusão necessária para o investimento de objeto (Lambotte, 1997, p. 241).

Dito de uma forma winnicottiana, o melancólico vislumbra um objeto do qual não poderá fazer uso, por conta da falta de experiências de ilusão necessárias para adquirir este *status* e, conseqüentemente, não poderá perdê-lo sem perder a si mesmo.

Winnicott teria apreendido a metáfora do espelho utilizada por Lacan, deixando de lado algumas conseqüências teóricas desta formulação lacaniana.

Na medida em que, para a compreensão desta tese, trabalharemos com a idéia da presença insuficiente da mãe como espelho, resultando em um problema constitutivo que consideramos peculiar da melancolia, faz-se necessário nos determos nesta formulação de Lacan, a Metáfora do espelho.

6.3

Lacan: a metáfora do espelho

O estágio do espelho é utilizado por Lacan para teorizar a gênese do Eu, considerado imago, formação imaginária, que, por sua vez, funciona como matriz do simbólico. Trata-se de uma forma de descrever a experiência fundamental de identificação, onde a criança conquista a imagem e domínio do próprio corpo. Antes do estágio do espelho a criança não vivencia seu corpo como uma unidade.

Na experiência especular observa-se uma seqüência. A criança descobre o outro no espelho como uma imagem que antecipa uma unidade corporal que ela, em sua desorganização motora, ainda não sente. Após esta vivência, a criança poderá reconhecer sua imagem no espelho, possuindo-a, em uma totalidade unificada, como representação de seu próprio corpo. A assunção jubilatória dessa imagem como sua mostra o investimento erótico de que ela é objeto. Esta imagem é estruturante para a identidade do sujeito, e assume para ele a dimensão de Eu ideal, com a sustentação simbólica do Outro que porta um ideal tomado como modelo, o Ideal do eu.

Todos esses procedimentos não se dão de forma ordenada temporalmente onde um tenha que excluir o outro. Cada segmento destes procedimentos envolve questões importantes para esta tese, que, por isso, passaremos a detalhar.

A formulação de Lacan é apresentada em uma conferência realizada na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), em 1936, onde propõe que seja utilizado o experimento do espelho para descrever os momentos estruturais constitutivos do humano.

A idéia de teorizar a formação do Eu a partir da metáfora do espelho surgiu do interesse despertado pelas concepções do psicólogo francês Henri

Wallon¹⁴ que, em 1931, estudou os fenômenos especulares dando importância especial à precocidade visual e à sociabilidade da criança, entendido como um processo psicológico inserido em uma dialética natural. Este autor dizia que, aos poucos, a criança percebe a diferença que existe entre seu corpo e a imagem que observa no espelho. Wallon chamava de “prova do espelho” esta experiência que ressalta a passagem do momento especular para o imaginário e do imaginário para o simbólico (Piquet, 2000).

É importante ressaltar que o interesse de Wallon é voltado para uma abordagem cognitivista, enquanto que para Lacan é um processo inconsciente e ontológico. Para este, o estágio do espelho é erotizado, da mesma forma que o Eu de Freud, antes de tudo corporal, é investido libidinalmente pelo outro.

Wallon preconizava que era necessário pensar o lugar da criança a partir de uma ligação com o social. Junto com Lev Vygotsky, foi um dos autores marxistas que indicaram a Lacan o vínculo entre linguagem e sociedade.

Para Wallon as estruturas mentais não são dadas desde o início, têm que ser constituídas. Ao circuito social onde a criança vive, Wallon chamou de ambiência. Na abordagem dos complexos, que empreende em 1938, em “Os complexos familiares”, Lacan leva em conta esta idéia. Para Lacan, o espelho implica em uma relação a três: a criança, o entorno e a mãe que sustenta o processo identificatório.

O texto a respeito dos complexos familiares é o momento de maior proximidade entre Lacan e Wallon.

Em 1938, a pedido de Wallon, Lacan escreve um artigo para a *Encyclopédie Française*, no tomo VIII. Na segunda parte, intitulada “*Circonstances et objets de l’activité psychique*”, escreve a seção “A”, chamada “A família”, onde ressalta a importância do imaginário na formação do sujeito, abordando a questão dos complexos familiares.

Lacan descreve três complexos como formas de reprodução de um determinado tipo de organização psíquica. São chamados de “complexo do desmame”, de “complexo de intrusão” e de “complexo de Édipo”. Para nosso

¹⁴ Henri Wallon foi professor na Salpêtrière de 1908 a 1931 e da Sorbonne de 1920 até 1937, sendo um importante personagem do pensamento psicológico francês, e com quem Lacan manteve uma interlocução nos primeiros 15 anos de sua obra.

interesse, nos deteremos no segundo, o “complexo de intrusão”, também chamado de “complexo fraterno”.

Este complexo representa a experiência da criança ao se deparar com a presença de seus semelhantes. A reação de rivalidade propiciada por esta percepção está na origem da sociabilidade, mais tarde desenvolvida, e que representa uma identificação mental, sendo neste aspecto que Lacan vai se deter (Lacan, 1993, p. 31). Crianças com idades compreendidas entre seis meses e dois anos, deixadas juntas, apresentam reações comunicacionais, imitativas, nas quais Lacan entende que “se esboça o reconhecimento de um rival, ou seja, de um ‘outro’ como objeto” (Lacan, 1993, p. 31). A imagem especular e a do semelhante são objetos de identificação – são ideais e rivais.

Cada criança vai se confundir com o outro e com este se identificará. Pode ser depreendido que esta imagem do outro esteja ligada primordialmente à estrutura de seu próprio corpo através do que Lacan chamou de “similitude objetiva” (Lacan, 1933, 33).

A trama identificatória especular acontece em um período da vida que Charlotte Bühler e a Escola de Chicago chamaram de “transitivista”, indicando que a criança se identifica e se confunde com a imagem do corpo de um outro. Por exemplo, chorar ao ver uma criança chorar, ou mesmo ao ver uma outra criança cair, como se tivesse acontecido com ela. Bühler contava histórias de crianças com este tipo de experiência, o que chamou a atenção de Lacan.

O reconhecimento de sua imagem no espelho, a imagem especular, “fornece um bom símbolo dessa realidade: de seu valor afetivo, ilusório como a imagem, e de sua estrutura, como ela reflete a forma humana” (Lacan, 1993, p. 36). A percepção da imagem ativa do outro desencadeia reações discordantes na criança, por conta de sua prematuridade biológica. Antes que o Eu se afirme como identidade, essa “intrusão narcísica”, que é suporte identificatório, irá fazer com que haja uma indistinção entre a criança e essa imagem que a forma, promovendo uma alienação primordial. Uma decorrência importante é que, apoiada nesta identificação, a agressividade poderá emergir dirigida ao outro como objeto da violência. A teoria usada para explicar essa identificação é que será chamada de estágio do espelho.

O texto do Estádio do Espelho é apresentado em 17 de julho de 1949, no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em Zürich, com o nome de “O

Estádio do espelho como formador da função do eu – tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”.

Neste texto, Lacan indica que basta entender o estágio do espelho como uma identificação cuja decorrência promove as transformações que ocorrem no sujeito quando este assume uma imagem (Lacan, 1998, p. 96). A sensação de júbilo decorrente desta captação especular acontece quando a criança ainda se encontra totalmente sob os cuidados maternos e sua prematuridade biológica resulta somente em impotência motora, com o mesmo enfoque da prematuridade do infante dado por Freud em relação ao desamparo inicial. O termo jubilatório aponta o valor erótico da imagem percebida, chamada de imagem prenante, que é investida libidinalmente. Mais tarde, Lacan enfatizará seu respaldo no simbólico. Esta experiência

...parecer-nos-á, pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1998, p. 97).

Uma série de gestos e movimentos experimentados em função de se deparar com as imagens refletidas no espelho junto com seu entorno, leva à criação de um complexo virtual com a realidade, implicando a presença de seu próprio corpo e os das pessoas que se encontram neste cenário. A imagem completa percebida no espelho é estranho para a criança, cuja experiência corporal ainda é de fragmentação promovida pelo auto-erotismo. Há um efeito de antecipação de uma unidade que ainda não possui. A identificação que se dá é imaginária, sob a forma de um registro corporal. Lacan nos adverte que, por se tratar de uma forma antecipada, a imagem assim percebida é muito mais constituinte do que constituída, porque antecipa uma unidade na exterioridade de onde é percebida. Em consequência ele postula que o Eu é basicamente alienado. A noção de corpo despedaçado, que Lacan sugere para confirmar o auto-erotismo inicial, é uma construção que se faz em contraponto com um Eu coeso.

Assim, é ressaltado o papel da exterioridade fundadora do Eu, a partir de uma indistinção original entre interno e externo. Toda relação consigo mesmo é atualizada pela relação com o outro, ponto de destaque onde será ancorada a noção de desejo com que Lacan trabalha.

A partir de uma alienação primordial e da identificação fundante, o sujeito passa a ser estruturado como rival de si mesmo. O objetivo de Lacan com esta formulação é se diferenciar da abordagem freudiana, que coloca uma agressividade original junto com as moções eróticas. Lacan afirma que a agressividade é uma vicissitude oriunda das condições em que o Eu se forma, ou seja, a partir da exterioridade de uma imagem libidinalmente investida.

A agressividade é concebida a partir da análise da situação de alienação característica da dimensão imaginária. A anulação ameaçada pelo Eu ou pelo semelhante própria deste momento, estabelece uma situação excludente, onde há lugar somente para um ou para o outro. O sujeito ama e odeia aquele com quem se identifica. Pela confusão entre si mesmo e o outro, este outro torna-se a fonte de todo amor e de todo ódio, acarretando projeção desta agressividade. A criança, por tomar como seu Eu ideal a imagem de um outro, fornece um esquema que se apóia na paranóia. A paranóia é tomada como modelo para se pensar essa dialética estabelecida em meio da qual se origina a agressividade. Escreve Lacan (1993):

Digamos que o eu conservará dessa origem [alienante] a estrutura ambígua do espetáculo que, manifesto nas situações... descritas do despotismo, da sedução, da exibição, dá sua forma a pulsões, sadomasoquista e escopofílica (desejo de ver e de ser visto), em sua essência destruidoras do outro. Notemos, também, que essa intrusão primordial faz compreender toda projeção do eu constituído, quer ela se manifeste como mitomaníaca na criança cuja identificação pessoal ainda vacila como transativista no paranóico cujo eu regride a um estágio arcaico, ou como compreensiva quando é integrada num eu normal (Lacan, 1993, p. 38).

A percepção de um objeto diferente de si constitui uma grande ameaça trazendo a primitiva sensação de despedaçamento. A constituição imaginária é realizada em paralelo com a vivência de perda de um *status* ideal.

Este é o momento que queremos destacar, qual seja a passagem da experiência especular, do registro imaginário para o simbólico. Geralmente a mãe desempenha a função de quem fornece aquilo que o bebê precisa no campo dos cuidados e alimentação, mas também fornece um suporte simbólico. Ao prover a criança com alimentos, amor e palavras podem funcionar como mediadora de um processo que abrirá caminho para o acesso ao simbólico.

A sujeição ao registro imaginário compreende uma confusão entre o sujeito e o outro. No imaginário não há alteridade. Ao ver refletido sua imagem,

esta é tomada como a de um adorável ser, que alternativamente é verdadeiro, se espelha, ou lhe pode tomar o lugar. Lacan escreve:

É a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo – dimensão essencial do humano, que estrutura toda a sua vida de fantasia (Lacan, 1986, p. 96).

Assim, a imagem especular é tomada como objeto, tal qual a imagem própria do Eu. A criança não sabe que o que ela vê no espelho é apenas a sua imagem, podendo, por conseguinte, exercitar seu reconhecimento. Este procedimento faz com que a criança se assegure gradativamente que sua experiência corporal é de totalidade, diferente do registro disperso sentido até então. Isto possibilita a apreensão de uma representação corporal unificada.

Essa operação é sustentada no registro simbólico, personificado pela mãe, que vem reconhecer a identificação com a imagem. Os objetos, adquirindo uma permanência e uma consistência, promovem experiências de prazer e de desprazer, caracterizando o momento de formação do Eu.

Assim, um novo critério é estabelecido para lidar com os objetos. O Eu irá se compor de objetos que lhe proporcionam prazer (*Lust Ich*), se contrapondo às experiências objetais causadoras de desprazer, sob a forma de uma dimensão não-Eu que se alojará no psiquismo. Piquet esclarece:

Temos, assim, uma parte desse eu, que é puramente imaginária, formada por essas imagens dos objetos de prazer que compõem o eu, entre elas a própria imagem do sujeito no espelho, e uma parte que aponta para algo do real, naquilo que o real tem de inassimilável, irreduzível ao eu (Piquet, 2000).

A tarefa que se apresenta à criança nesta hora é a articulação daquilo que é real e o que é imaginário, sendo realizado pelo simbólico, através da linguagem.

A dimensão puramente imaginária inicial se dá quando a criança é arrebatada pela imagem do espelho, que vai ser nomeada por Lacan de Eu-ideal imaginário. Em outro momento, essa dimensão narcísica imaginária passa a ser articulada com a dimensão simbólica, promovida pela identificação com o Outro, pela via do Ideal do Eu, constituindo o que Lacan chamou de segundo narcisismo.

Este é o criador das condições necessárias para uma relação mais precisa com o mundo externo permeado pela libido. Aqui já é possível se falar de uma libido objetal e uma narcísica.

O Ideal do Eu é permeado pela linguagem oriunda do Outro, e portanto diferente do Eu ideal, que é puramente imaginário, um Eu primordial essencialmente alienado.

Pensamos assim ter indicado o valor da experiência fundante do Eu e do objeto, tanto em Winnicott como em Lacan, e podemos seguir adiante com a hipótese da insuficiência da figura materna nestes momentos primordiais.

No próximo capítulo, explicaremos o pensamento de Marie-Claude Lambotte. Lambotte é uma autora contemporânea que trabalha com a idéia da figura da mãe na experiência especular, utilizando o valor metafórico do estádio do espelho e do valor pregnante da figura materna nas experiências fundantes dos sujeitos.

Passemos à descrição do sujeito melancólico sob a ótica desta autora.